



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ATA Nº 18 DA DÉCIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CNODS

Ata da 10ª reunião ordinária da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável realizada no dia 04 de março de 2026, no formato virtual.

1 Aos quatro dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, a partir das nove horas,
2 reuniu-se a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com
3 a presença dos seguintes membros: Patricia Maria Santos de Carvalho - SG/PR; André
4 Grossi Porto - SG/PR; Mariana Siqueira - SG/PR; Isabel Costa - SG/PR; Hérica Ewandyr –
5 SG/PR; Giovanna Araújo – SG/PR; Míriam Licnerski - SG/PR; Thalita Holanda – SG/PR;
6 Thiago Galvão – SG/PR; Gabriel Oliveira – SG/PR; Marina Cavalcanti – SG/PR, Thais
7 Athaíde – SG/PR; Priscila Oliveira da Silva – CNC; Maria Francisca Santos Abritta Moro –
8 Controladoria-Geral da União; Kleber Souza dos Santos – MAPA; Nina Orlow –
9 Movimento Nacional ODS; Renan Simão – Campanha Nacional pelo Direito à Educação;
10 Zuleica Goulart – Instituto Cidades Sustentáveis; Rosemeire Rodrigues de Oliveira –
11 Prefeitura Municipal de Francisco Morato/FNP; Emanuelle Alves Dias – Sindicato dos
12 Comerciantes de São Paulo; Juliana Araujo Cesar Tavares – GT Agenda 2030; José Alberto
13 Saraiva Fernandes – Faculdade Zumbi dos Palmares; José Eduardo Malta de Sá Brandão
14 – IPEA; Wlliane Magna – Confederação Nacional do Transporte (CNT); Abel Corrêa de
15 Souza – Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC); Ruth Helen Pereira da Costa
16 – União de Ciclistas do Brasil; Sofia Lemos Machado Oliveira – DGIP/SE/MS; Lucas Diniz
17 Costa – Faculdade Zumbi dos Palmares; Marília de Araújo Nogueira – ONG Moradia e
18 Cidadania; Renata Belzunces dos Santos – DIEESE; Magda de Sousa Almeida – UNISOL
19 Brasil; Denise Maria Penna Kronemberger – IBGE; Izane Mare Ribeiro Mathos – INPETI;
20 Patricia de Aquino Prudente – Unitins/Reods; Ana Maria Costa – Embrapa/MAPA; Fani
21 Mamede – Ministério dos Transportes; Maria Cristina Sampaio Lopes – Instituto AMSUR;
22 Carina Tatiana Giunco Tomazoni – Instituto Selo Social; Victor Graça – Fundação Abrinq;
23 Thais Maria de Machado Lemos Ribeiro – Ministério dos Direitos Humanos e da
24 Cidadania; Natalia de Melo Lacerda – AGU; Katerina Volcov – INPETI; Elias Begnini –
25 MMA; Camila Veiga de Oliveira – Abong; Ana Patrícia Arantes – FunBEA; Herbert Borges
26 Paes de Barros – Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; Paulo
27 Eduardo Guedes Sellera – Ministério da Saúde; Juliana Coelho Antero – Ministério da
28 Justiça e Segurança Pública; Hérica Dias Ewandyr – CNODS; Eduardo Santarelo Lucas –
29 SECOM/PR; Jacira Raimunda Capella – Forpede; Zorilda Gomes de Araújo – Fiocruz; José
30 de Ariamteia Rodrigues França – Rede ODS Brasil; Patrícia Ravallet Tavares do Amaral e
31 Oliveira – MDA; Fernanda Rodrigues Machado Farias – Teia Carta da Terra Brasil; Sandra
32 Regina de Sena Santos – Secretaria Executiva CNODS; Laudijane Domingos da Silva –



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

UBM; Rosier Batista Custodio – Instituto AMSUR; Ana Ines de Castro – UNISOL Brasil; Tatiana Uene de Brito – MDIC; Rosilene Vila Nova Cavalcante – Movimento Nacional ODS; Luís Fernando Badanhan – Ministério de Minas e Energia; Vinicius Guedes França – Instituto Guetto; Luciana Peres – Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; Luisa Panico – Ministério da Fazenda; Alessandra Matos de Araújo – AGU; Lidia Ferreira Rodrigues – União Brasileira de Mulheres (UBM); Luciano Garcia Lourenção – Ministério da Previdência Social; Renata Carvalho – Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Vítor Del Rey – Instituto Guetto; Jacinta de Fátima Sena da Silva – ABEn; Rafaela Gomes de Souza e Silva – Ministério de Portos e Aeroportos; José Leonardo Maniscalco – Ministério da Defesa. A reunião ordinária da Comissão Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi realizada por meio de plataforma virtual *Teams*, com a abertura da sala e ambientação dos participantes, contando a presença de representantes da sociedade civil e órgãos governamentais. A reunião foi aberta por Thiago Gehre Galvão, que deu boas-vindas aos participantes e iniciou a leitura da pauta. Foram elencados os seguintes pontos: abertura, aprovação das atas anteriores, discussão sobre a Primeira Conferência Nacional dos ODS, estratégias de territorialização, relatório nacional voluntário, agendas internacionais (Fórum LAC e Workshop Global do RNV), evento conjunto com IBGE, processo de nacionalização das metas, informes das câmaras temáticas e debate livre da plenária. Na sequência, Alberto Saraiva fez ponderação sobre a pauta, sugerindo que fosse ajustada para priorizar a Conferência Nacional dos ODS, convocada desde dezembro de 2025. Argumentou que, sendo esta a principal responsabilidade da comissão, seria necessário ampliar o tempo de discussão, mesmo que outros pontos fossem deslocados para o período da tarde. A proposta foi aceita por consenso, ficando definido que a manhã seria dedicada integralmente à conferência. Patrícia Maria Santos de Carvalho Patrícia iniciou sua fala agradecendo e cumprimentando os presentes, destacando que o foco seria a Primeira Conferência Nacional dos ODS. Informou que a conferência foi convocada em janeiro e já conta com canais oficiais de comunicação: o site conferenciaods.org e o perfil no Instagram [@conferencianacionalods](https://www.instagram.com/conferencianacionalods). Explicou que o plano de comunicação busca transmitir informações de forma simples e acessível, com atualizações periódicas, repositório de documentos e seção específica para registro das conferências estaduais e livres. Ela ressaltou que a Comissão Organizadora Nacional, instituída por portaria e de composição paritária, atua também como instância recursal. Recomendou a leitura atenta do documento orientador e das resoluções sobre as etapas estaduais e livres, lembrando que todos os membros da comissão devem estar bem informados para apoiar parceiros nos territórios. Patrícia enfatizou a necessidade de engajamento coletivo, pedindo que os participantes divulguem e ampliem a comunicação da conferência. Destacou ainda que o prazo para realização das etapas é curto, exigindo mobilização intensa. A estratégia central é contar com todos os parceiros e multiplicadores, promovendo letramento sobre a Agenda 2030 e os ODS e ampliando o número de cidadãos envolvidos. Em sua fala reforçou três pontos principais:



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável

74 Infraestrutura de comunicação já disponível (site, redes sociais, materiais de apoio);
75 Governança estruturada com comissão organizadora paritária e documentos
76 normativos; Engajamento coletivo como condição essencial para o sucesso da
77 conferência, diante do prazo exíguo e da necessidade de ampliar o alcance da pauta dos
78 ODS. Reforçou ainda que toda a rede de parceiros e instituições da comissão deve atuar
79 como agente multiplicador da conferência. Isso significa replicar peças de comunicação,
80 divulgar informações em redes sociais e direcionar dúvidas para o site oficial ou para o
81 e-mail institucional (conferenciaods@presidencia.gov.br), que serve como canal oficial
82 e memória institucional. Ela destacou que, por ser a primeira conferência nacional sobre
83 os ODS no Brasil, há um compromisso coletivo de garantir seu sucesso, levando a pauta
84 aos territórios e promovendo aprendizado, valorização cultural, igualdade e equidade.
85 Patrícia também explicou a estrutura de governança, composta pela comissão
86 organizadora nacional e cinco subcomissões (metodologia e sistematização;
87 comunicação; infraestrutura e logística; articulação; mobilização). Convidou todos os
88 presentes a se inscreverem por meio de formulário, que será enviado por e-mail e
89 WhatsApp, com prazo curto devido ao calendário apertado. Por fim, abriu espaço para
90 dúvidas e sugestões, propondo uma dinâmica de perguntas e respostas imediatas para
91 otimizar o diálogo e garantir clareza sobre a conferência. Elias Begnini iniciou
92 cumprimentando os presentes e afirmou que sua contribuição seria breve. Disse que
93 todos estão bem alinhados em relação à conferência e que os trabalhos estão sendo
94 conduzidos de forma adequada. Informou que já se inscreveu na subcomissão de
95 metodologia, atendendo ao pedido anterior da comissão, relatou que, no Ministério,
96 tem sido feito um trabalho de articulação tanto interna, com servidores, quanto externa,
97 com colegiados e entidades vinculadas como Ibama, ICMBio e Jardim Botânico, além de
98 outros contatos institucionais. Sugeriu que essa prática de articulação seja replicada por
99 outras áreas, pois considera essencial para o sucesso da conferência. Finalizou
100 parabenizando o trabalho realizado até o momento e reafirmando o compromisso do
101 Ministério em apoiar a iniciativa. Nina iniciou agradecendo a explanação de Patrícia e
102 reforçou a importância de usar intensivamente as redes sociais para divulgar a
103 conferência. Relatou que há grande procura de pessoas interessadas em organizar
104 etapas livres, que devem ser simples e pouco burocráticas devido ao prazo curto.
105 Destacou também a relevância das etapas estaduais, sugerindo que órgãos de governo
106 aproveitem programas já existentes para fortalecer a mobilização. Ela mencionou que,
107 no mesmo dia, participaria de uma conferência do trabalho para divulgar a iniciativa,
108 ressaltando que esse é um momento de reforçar os processos democráticos e a
109 oportunidade de fala e debate. Explicou que, embora as conferências livres tenham
110 limitações na eleição de delegados, o mais importante é promover discussões e diálogos
111 sobre os ODS. Nina citou exemplos de universidades que já estão se mobilizando,
112 propondo que seus trabalhos sejam apresentados dentro dos eixos da conferência e
113 que, no futuro, possam se organizar em desdobramentos acadêmicos baseados nos
114 ODS. Por fim, sugeriu que órgãos de governo ajudem a mobilizar prefeituras e estados,



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável

115 e concluiu incentivando todos a curtir, compartilhar e divulgar os conteúdos da
116 conferência nas redes sociais, parabenizando o trabalho realizado. Patrícia agradeceu a
117 fala de Nina e reforçou que é fundamental que cada participante divulgue
118 constantemente a conferência, atuando como multiplicador da informação. Para ilustrar
119 esse espírito, citou o exemplo de Graciela, conhecida por sempre trazer o ODS 18 em
120 todos os eventos, tornando-se referência nesse tema. Ela destacou que o objetivo é
121 oportunizar o debate e ampliar a participação social. Lembrou que no ano anterior foi
122 feito um trabalho de sistematização de informações confiáveis, já disponíveis no site da
123 conferência, incluindo cartilhas e cursos que podem servir de base para os diálogos.
124 Patrícia enfatizou que a essência da conferência é a participação social, diversidade e
125 representatividade, garantindo que as vozes ecoem. Nesse sentido, anunciou a criação
126 de uma etapa digital, para que pessoas que não puderem participar presencialmente
127 possam acessar, analisar e contribuir com propostas, ampliando o alcance da iniciativa.
128 Concluiu afirmando que, mesmo com o prazo curto, o desenho da conferência foi
129 pensado para permitir que o maior número possível de brasileiros e brasileiras tenha
130 acesso e se sinta representado nas diferentes etapas. Em seguida, passou a palavra para
131 Maria Moro, dando continuidade ao debate. Maria Moro iniciou sua fala destacando
132 que não tinha dúvidas, já que todas as informações estavam bem explicadas no site da
133 conferência. Informou que, junto com Maíra, realizou uma discussão interna na diretoria
134 de planejamento, inovação e sustentabilidade para definir estratégias de divulgação dos
135 ODS e da conferência dentro da instituição, aproveitando suas unidades
136 desconcentradas em todos os estados. Ela se colocou à disposição para integrar a
137 subcomissão de sistematização ou metodologia, ressaltando sua experiência anterior
138 em conferências de saúde no Ministério da Saúde. Compartilhou que, naquela área, uma
139 prática eficaz foi a realização de conferências livres por órgãos de governo, como forma
140 de mobilizar e definir temas relevantes. Maria reconheceu o trabalho de mobilização já
141 realizado pela Secretaria Executiva, inclusive com iniciativas como o programa “Governo
142 do Brasil na Rua”, e avaliou que, para uma primeira conferência, o processo está bem
143 estruturado tanto pela Secretaria quanto pelas instituições envolvidas. No entanto,
144 reforçou que é essencial ampliar esse movimento nos municípios, para alcançar
145 diretamente os cidadãos e cidadãs, já que no âmbito governamental o impacto é maior
146 sobre servidores. Patrícia agradeceu a fala de Maria e reforçou que desde o segundo
147 semestre de 2025 a principal bandeira da comissão tem sido a territorialização dos ODS,
148 destacando que a conferência será um grande impulsionador desse processo. Ressaltou
149 a importância de todos ajudarem a disseminar informações e engajar mais pessoas,
150 lembrando que participar da primeira conferência nacional é um momento histórico que
151 não pode ser perdido. Ela informou que já havia disponibilizado no chat o formulário
152 para indicação das subcomissões, garantindo que também será enviado por e-mail e
153 WhatsApp, com monitoramento para assegurar que todos respondam. Concluiu
154 reafirmando a confiança no sucesso da conferência e passou a palavra para Alberto
155 Saraiva que iniciou cumprimentando os presentes e lamentando que a reunião não fosse



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável

156 presencial, destacando a importância da interação digital para dar continuidade ao
157 trabalho da Comissão Nacional dos ODS, composta de forma paritária entre governo e
158 sociedade civil. Explicou que a comissão organizadora já foi formalmente constituída por
159 resolução e vem realizando ações concretas de planejamento e mobilização. Relatou
160 que, em janeiro, foi realizada uma *live* de mobilização com quase 300 participantes,
161 considerada um marco inicial e muito bem-sucedido, que deu impulso ao processo da
162 conferência. Desde então, a comissão tem intensificado medidas de incidência,
163 articulação e mobilização, envolvendo diversos ministérios, conselhos e órgãos
164 colegiados. Citou reuniões na Secretaria-Geral da Presidência, nas Secretarias de
165 Diálogos Sociais e de Participação Social, além de encontros com os ministérios da
166 saúde, educação, meio ambiente, mulheres, cidades, cultura, direitos humanos, ciência
167 e tecnologia. Alberto destacou também reuniões no Congresso Nacional: na Câmara dos
168 Deputados, com a Comissão de Meio Ambiente e a deputada Érica Kokai, e no Senado,
169 com o senador Fabiano Contarato, presidente da Comissão de Meio Ambiente. Essas
170 articulações visam garantir que os ministérios e colegiados participem ativamente da
171 mobilização e da realização das etapas da conferência (livres, municipais e estaduais). Ele
172 lembrou que, apesar dos avanços, o mapa interativo da conferência ainda não reflete
173 todas as ações de mobilização, e reforçou que a comissão tem a responsabilidade de
174 garantir, no mínimo, a realização de 42 conferências pela sociedade civil. Ressaltou o
175 grande potencial de adesão observado em todos os diálogos realizados, citando como
176 exemplo lives promovidas pelo Instituto Selo Social e pelo Movimento Nacional ODS,
177 que multiplicaram informações para universidades e redes sociais. Concluiu sua fala com
178 um apelo ao engajamento coletivo, pedindo que todos os membros da comissão —
179 sociedade civil e governo — intensifiquem esforços para acelerar o processo e garantir
180 que, até junho, seja realizado um grande evento nacional, capaz de entregar resultados
181 significativos e fortalecer a pauta dos ODS no Brasil. Patrícia agradeceu a fala de Alberto
182 e reforçou que a comissão tem recebido apoio significativo de diversos parceiros, o que
183 tem fortalecido o trabalho e ampliado o alcance da conferência. Destacou que houve
184 um aumento na equipe, o que foi essencial para dar conta da crescente demanda e
185 evitar sobrecarga. Ela explicou que há cada vez mais pessoas e instituições procurando
186 contato, solicitando reuniões e oferecendo colaboração, o que demonstra que todos
187 estão unidos no mesmo propósito e direção. Esse engajamento coletivo, segundo
188 Patrícia, funciona como um combustível motivador, garantindo que o resultado da
189 conferência seja positivo e marcante. Concluiu sua fala, afirmando que o trabalho trará
190 um resultado “lindo” e passou a palavra para Marina, dando continuidade à reunião.
191 Marina iniciou agradecendo Patrícia e explicou que sua fala seria para dar voz às pessoas
192 que estavam participando pelo chat, mas sem microfone. Relatou que Marília fez duas
193 perguntas: se já existe um local definido para a conferência e se, além das delegações,
194 haverá abertura para participação popular. Em seguida, mencionou a questão trazida
195 por Zuleica, que perguntou ao Alberto como acessar o planejamento da comissão
196 organizadora para poder contribuir eventualmente. Patrícia respondeu às perguntas



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável

197 feitas no chat e esclareceu que a conferência já tem local definido: será realizada em
198 Brasília, no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), escolhido por sua
199 capacidade de receber o número estimado de participantes. Explicou que o outro
200 espaço disponível na cidade, o Centro de Convenções Ulysses Guimarães, estará em
201 reforma no período, restando o CICB como opção adequada. Patrícia respondeu a
202 segunda pergunta que foi se haveria abertura do evento para participação popular, Na
203 resposta, foi esclarecido que a conferência contará com delegações compostas por
204 delegados natos e delegados eleitos nas etapas preparatórias, além de duas outras
205 figuras: convidados e observadores. O evento não será aberto ao público em geral,
206 embora naturalmente pessoas da localidade possam circular pelo espaço. A estimativa
207 é de aproximadamente 1.500 participantes. Também foi informado que não haverá
208 transmissão ao vivo da conferência, por falta de condições técnicas para montar essa
209 estrutura. No entanto, foi garantido que haverá um registro completo e fidedigno de
210 todas as discussões e etapas, de modo a preservar a memória institucional do evento.
211 Patrícia explicou que a conferência contará com uma equipe de comunicação
212 responsável pela cobertura e uma equipe de sistematização que organizará todas as
213 discussões dos grupos de trabalho, das plenárias temáticas e da plenária final. Haverá
214 produção de fotos, vídeos e entrevistas com os participantes, mas não haverá
215 transmissão ao vivo, nem da abertura, nem do encerramento, nem da plenária final,
216 devido à limitação de recursos e à necessidade de otimização da estrutura de
217 comunicação. Ela destacou, porém, que haverá espaços de convivência e instantes de
218 participação popular dentro da conferência, que será organizada para ser um ambiente
219 acolhedor, colorido e atrativo, permitindo interação e circulação dos participantes
220 durante os quatro dias de evento. Marina trouxe ao debate uma contribuição do chat,
221 registrando um alerta feito por Natália sobre a necessidade de garantir acessibilidade
222 na conferência. Natália relatou problemas observados em outro evento, como a
223 ausência de banheiros adaptados para cadeirantes no andar das salas temáticas e a falta
224 de acompanhamento para pessoas com deficiência visual. Em resposta, Patrícia
225 agradeceu o alerta e assegurou que a questão já está no radar da organização. Explicou
226 que está sendo elaborado um plano de ocupação e que existe uma subcomissão
227 específica de logística e acessibilidade dedicada a tratar dessas demandas. Reforçou o
228 compromisso de garantir espaços acolhedores e acessíveis não apenas para pessoas
229 com deficiência, mas também para outras necessidades especiais, de modo a assegurar
230 a participação plena e inclusiva na conferência. Na sua fala, Zorilda, reafirmou o
231 compromisso da instituição com a conferência e detalhou um amplo mosaico de
232 articulações e mobilizações em andamento. Explicou que já houve reuniões internas no
233 Ministério da Saúde e com a Secretaria Executiva, envolvendo Alberto, Lavito e Rodrigo,
234 para organizar um cronograma de conferências livres em parceria com conselhos e áreas
235 governamentais. Destacou que a estratégia é fortalecer a presença do governo no
236 processo, articulando ministérios e setores com histórico de participação social, como
237 saúde, educação, meio ambiente, assistência social, cultura e agricultura familiar. Ela



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável

apresentou um panorama das iniciativas da Fiocruz em diferentes regiões: Distrito Federal: reunião com diversas instituições para articulação local; Manaus: parceria com universidades e a plataforma ODS que acompanha os 62 municípios da Amazônia; Pernambuco: organização de conferências livres; Rio de Janeiro: ações com a Bocaina e com projetos em 153 favelas, em articulação com redes comunitárias; Santarém (PA): possibilidade de conferência com o projeto Saúde e Alegria e comunidades indígenas Munduruku; Bahia: articulação com comunidades quilombolas e movimentos de terreiro no Recôncavo, junto ao governo estadual; Rio Grande do Norte e Ceará: articulações em andamento, incluindo o projeto Vigia SUS e movimentos sociais locais; Rondônia e Amapá: preocupação em garantir participação da região Norte. Ela reforçou a necessidade de mobilização no Nordeste, defendendo que a região tenha forte aderência governamental ao processo, além de atenção especial ao Sudeste e ao Norte. Também mencionou a importância de envolver instituições como a Embrapa. Por fim, destacou que a Fiocruz pretende aproveitar a conferência para lançar iniciativas paralelas, como a plataforma do Observatório da Saúde, e solicitou espaço para estandes em parceria com o Ministério da Saúde. Patrícia iniciou agradecendo e reconhecendo o trabalho da Fiocruz, destacando sua seriedade e dedicação à Agenda 2030 e aos ODS. Reforçou que a organização da conferência está empenhada em garantir estandes para os parceiros, já que serão três dias de atividades intensas e é importante que instituições possam mostrar suas práticas e experiências nos corredores, dialogando com os participantes. Ela explicou que informações mais detalhadas sobre os estandes estarão disponíveis a partir da segunda quinzena de abril, quando será possível definir quantos espaços haverá e como será feita a seleção. Ressaltou que, embora não seja possível atender 100% das demandas, a meta é alcançar cerca de 90% de cobertura. Laudjane tomou a palavra e iniciou destacando a importância da conferência especialmente para as populações mais vulneráveis e para o movimento feminista, ressaltando que este é um ano estratégico para o Brasil, em que se definem os rumos do projeto nacional de desenvolvimento. Ela afirmou que a conferência é uma comprovação de compromisso e deve resultar na construção de um sistema nacional dos ODS, com apropriação da pauta por redes comunitárias, movimentos de mulheres, organizações religiosas e sociais, como evangélicas pela igualdade de gênero, mulheres de terreiro e comunidades tradicionais. Enfatizou que a conferência é um espaço institucional, político e social para debater que modelo de desenvolvimento o Brasil e o mundo querem, e como os ODS podem contribuir nesse processo. Informou que já há 44 instituições engajadas na comissão organizadora e na subcomissão de mobilização, e que a UBM também atua em conselhos nacionais (juventude, direitos humanos, saúde, mulheres), ampliando a articulação. Ela relatou que haverá uma reunião plenária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher com participação da comissão organizadora e que outros conselhos setoriais estão sendo ativados. Movimentos nacionais como UNE, CUT, MTST e outros já estão construindo seus calendários de mobilização. Destacou ainda a importância das conferências



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

estaduais, organizadas em parceria com os governos estaduais, para garantir que a execução dos ODS seja integrada entre União, estados e municípios. Por último, mencionou que o Conselho Nacional de Direitos Humanos acolheu a proposta e realizará uma conferência livre para elaborar contribuições e avaliar o nível de implementação dos ODS. Ressaltou que não se parte do zero, pois já existem projetos e serviços em andamento — da adaptação climática à prevenção nos territórios — e que a conferência deve aferir esses avanços e projetar o futuro desejado. Ela concluiu definindo a conferência como uma “conferência mãe”, por reunir ações de ministérios, autarquias, bancos e políticas de financiamento climático, articulando desenvolvimento sustentável com centralidade nas pessoas, e reafirmou o compromisso do movimento de mulheres em construir coletivamente esse processo histórico. Sandra Sena fez um relato abrangente sobre o processo de mobilização das conferências em todo o país. Desde janeiro, diversas reuniões foram realizadas com organizações que já confirmaram sua participação e o compromisso de realizar conferências estaduais e livres. Entre os parceiros citados estão o Movimento Nacional ODS, que se comprometeu a organizar conferências em todos os estados, o Instituto Moradia e Cidadania, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, a CNDM mobilizando redes de mulheres, além de entidades como Fórum de Participação Social, Carta da Terra, UGT, CUT, UNE, CUFA, Fundação Tamar, Fundação Mamíferos Aquáticos e Fiocruz, que estabeleceu pontos focais para mobilizar os estados. Foi destacado que, diante da negativa do governo do Distrito Federal em realizar a conferência, a sociedade civil assumiu a liderança, com apoio da Fiocruz, UnB e cerca de 40 organizações locais, garantindo que haverá conferência estadual no DF. Em seguida, foram apresentados avanços regionais: no Piauí, a conferência ocorrerá em março na Serra da Capivara, com lançamento do ODS Rupestre; no Maranhão, será organizada pela Secretaria de Educação e Meio Ambiente junto à UEMA; no Ceará, há tratativas com o Ministério Público do Trabalho e o governo estadual; no Rio Grande do Norte, a conferência já está confirmada; em Pernambuco, o diálogo avançou com a Secretaria de Direitos Humanos; em Alagoas, o governo estadual garantiu a realização; em Sergipe, será organizada pela Secretaria de Planejamento e Gestão; na Bahia, articulações estão em andamento com apoio da primeira-dama e movimentos sociais; e no Espírito Santo, há negociações avançadas com o governo estadual. O relato concluiu que o Nordeste deve conseguir realizar suas nove conferências estaduais e que há esforços em outros estados, mesmo diante de dificuldades. A fala reforçou que este é um momento decisivo, fruto de mais de dois anos de trabalho da comissão, e que agora é hora de todos se engajarem nas subcomissões e mobilizações para garantir uma conferência histórica, digna e alinhada à Agenda 2030. Patrícia respondeu e reforçou o otimismo em relação à mobilização nacional das conferências. Foi destacado que o Nordeste deve realizar conferências em todos os estados, com grande empenho das lideranças locais. No Norte, Zorilda já havia garantido dedicação total para que os estados participem, e no Sudeste há notícias de que Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo estão confirmados, com a certeza de que



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável

320 Alberto e Nina não deixarão nada para trás. No Sul, Karina e sua equipe já estão
321 mobilizando, garantindo que nenhum estado ficará de fora. Até mesmo Roraima foi
322 citado como já engajado. Renata iniciou saudando o grupo e comentou sobre a
323 dificuldade das reuniões online, apesar de economizarem tempo de deslocamento,
324 ressaltando a falta do calor humano e da interação presencial. Em seguida, pediu apoio
325 da comissão para fortalecer o engajamento do movimento sindical, que está envolvido
326 simultaneamente com a Conferência Nacional do Trabalho. Explicou que, devido à
327 hierarquia das centrais sindicais, é necessário mobilizar primeiro suas executivas
328 nacionais para que elas articulem as estaduais, cada uma com sua dinâmica própria. Ela
329 destacou a importância de articular esse processo por meio do Jesi, espaço que reúne
330 todas as centrais sindicais e facilita a construção de pontes. Solicitou também identificar
331 quem do Ministério do Trabalho acompanha a reunião, pois esse contato seria essencial
332 para impulsionar a mobilização das centrais. Por fim, fez uma sugestão sobre a dinâmica
333 das reuniões da comissão: em vez de encontros virtuais que duram o dia inteiro, propôs
334 dividir em dois períodos concentrados, para facilitar a participação e reduzir o desgaste.
335 Cléo compartilhou sua trajetória e experiência em conferências ligadas à saúde,
336 segurança, trabalho e previdência. Ela destacou sua participação no Conselho Nacional
337 de Saúde e em várias conferências, incluindo a quinta conferência do trabalho da saúde
338 da classe trabalhadora, onde atuou tanto na organização geral quanto em comissões
339 específicas. Ressaltou a responsabilidade de sistematizar propostas municipais e
340 estaduais para levá-las ao nível nacional, garantindo que todos os estados sejam
341 contemplados. Cléo mencionou o espaço do CICB, onde já ocorreram diversas
342 conferências, e valorizou a parceria e aprendizado com colegas como Cris Palmieri, Nina
343 e Fátima, com quem atua desde os tempos dos ODM. Ela lembrou também da criação
344 do Comitê 2030, em parceria com a ONU, e sua atuação na coordenação do fórum
345 nacional das centrais sindicais em saúde e segurança do trabalho, o que possibilita
346 articular a participação massiva do movimento sindical junto ao movimento social. Por
347 fim, reforçou sua disposição em colaborar com a conferência nacional do CDS, trazendo
348 sua experiência em conferências livres de saúde, mulheres e questões raciais. Afirmou
349 que, mesmo com seu conhecimento acumulado, continua aprendendo e está
350 comprometida em contribuir para o sucesso da conferência, destacando a importância
351 da união e da força coletiva. Em seguida Aldenora contou que chegou de viagem ao
352 Amapá para receber uma homenagem no Dia Internacional da Mulher e aproveitou para
353 se reunir com o secretário estadual de Trabalho e Empreendedorismo. Informou que
354 essa secretaria vai convocar a Conferência Estadual dos ODS no Amapá, com a exigência
355 de que todos os municípios realizem suas conferências locais, elejam delegados e
356 encaminhem propostas para a etapa nacional. Ela também relatou articulações para
357 uma conferência regional indígena, envolvendo Amazonas, DF, Roraima, Rondônia, Pará
358 e Amapá, além de conversas com a Confederação Nacional dos Pescadores para
359 organizar uma conferência livre nacional do setor. Mencionou ainda diálogos iniciais
360 com mulheres quebradeiras de coco, andirobeiras e comunidades tradicionais,



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável

ressaltando que o formato da CNODS é inovador e ainda precisa ser compreendido pelas bases. Por fim, destacou que no dia 10 haverá uma reunião ampliada do Conselho Nacional de Assistência Social, com presença do ministro Wellington Dias e do secretário André Quintão, além de representantes de todos os estados. Considerou esse encontro uma oportunidade para dar visibilidade à política de assistência social, historicamente invisibilizada, e convocar os conselhos estaduais e municipais a se engajarem no processo da conferência. Encerrando, afirmou estar se inserindo aos poucos, apesar de dificuldades pessoais, mas comprometida em contribuir para o sucesso coletivo. Ari França iniciou saudando os participantes e expressando satisfação em estar presente, trazendo um informe sobre a mobilização na Paraíba. Ele explicou que já foram feitos contatos com o governo estadual, com o Consórcio Nordeste e com diversas secretarias (Desenvolvimento Humano, Meio Ambiente e Agricultura Familiar), além de articulação com o companheiro Anselmo Castilho. Informou que a conferência estadual está prevista para o dia 28, restando apenas definir o local entre Campina Grande (Centro de Convenções) ou o Espaço Cultural, decisão que será tomada por uma comissão criada para esse fim. Ari relatou que houve reunião com a sociedade civil, da qual participaram 48 entidades, e foi formada uma comissão de cinco organizações — incluindo MST, quilombolas, Rede ODS e outras — para compor a comissão organizadora junto ao governo. A dificuldade atual é definir o formato das etapas regionais: inicialmente pensou-se em cinco regiões (Alto Sertão, Baixo Sertão, Agreste, Brejo e Litoral), mas surgiu a proposta de realizar conferências em todas as 14 regiões geoadministrativas do estado, de forma online, para superar problemas de deslocamento e custos. Ele levantou a dúvida se essas conferências territoriais poderiam ser consideradas conferências livres, evitando criar expectativas de vagas garantidas para delegados. Além disso, informou que na próxima segunda-feira haverá reunião com os 18 conselhos de políticas públicas do estado, para alinhar a mobilização. A equipe já está levantando propostas de conferências nacionais anteriores (cerca de 44) e busca organizá-las dentro dos seis eixos da CNODS, identificando prioridades como assistência social e segurança alimentar. Ari concluiu destacando o empenho em realizar uma grande mobilização, mesmo com o tempo curto, e ressaltou que a conferência deve ter impacto político e simbólico, posicionando o Brasil como referência mundial na discussão dos ODS, especialmente diante do contexto geopolítico e das crises internacionais. Patrícia respondeu à fala de Ari reforçando sua confiança de que haverá uma grande mobilização na Paraíba e que os resultados aparecerão nas discussões nacionais entre 29 de junho e 2 de julho. Em relação às dúvidas sobre realizar conferências nas 14 regiões, ela explicou que existem duas possibilidades: tratá-las como eventos preparatórios, cujos insumos seriam consolidados em uma conferência maior, ou transformá-las em conferências livres, que têm autonomia para enviar propostas diretamente à etapa nacional e eleger seus próprios delegados. Ela destacou que o formato deve ser definido estrategicamente pelo estado, considerando qual modelo traria mais qualidade e representatividade. Ressaltou ainda que é possível aproveitar os insumos de



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável

conferências anteriores, já sistematizados, para elaborar as propostas estaduais, pois esses debates já amadureceram e refletem demandas dos territórios. Patrícia lembrou que as conferências livres podem encaminhar de 1 a 6 propostas, enquanto as estaduais devem enviar 18, e sugeriu que os insumos anteriores sejam traduzidos em textos de propostas para otimizar o trabalho. Por fim, colocou-se à disposição para apoiar metodologicamente e informou que já existe um documento orientador com sugestões de condução dos debates e atividades. Míriam destacou o envolvimento nas caravanas federativas, encontros em que diversos ministérios vão aos estados para dialogar com prefeitos e apresentar políticas públicas. O relato mencionou a participação recente na caravana de Alagoas e trouxe um convite especial para os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Amazonas, onde novas caravanas ocorrerão em março. Em São Paulo, nos dias 19 e 20 de março, está prevista uma das maiores conferências, com presença do presidente Lula, vários ministros, prefeitos e representantes da sociedade civil, o que exigirá forte apoio local. No Rio de Janeiro, o evento será nos dias 26 e 27 de março, e em Manaus ainda não há data definida. A fala reforçou que essas caravanas fazem parte de um esforço conjunto da estratégia “Meu Município pelos ODS”, que busca engajar prefeituras na realização de conferências livres e ampliar a divulgação da agenda dos ODS. O convite final foi para que os estados mencionados se somem à mobilização e divulgação nos próximos dias, fortalecendo a participação nacional. Ari França levantou uma dúvida sobre a programação das conferências estaduais, perguntando se haverá momentos específicos para adesão e para apresentação de experiências exitosas relacionadas aos ODS, de forma a comprometer municípios, sociedade civil e empresas com ações concretas após o evento. Patrícia respondeu que a comissão não elaborou uma programação única propositalmente, para permitir que cada estado traduza sua criatividade, regionalidade e identidade local. Explicou que haverá espaço para momentos culturais, artísticos e místicos, mas ressaltou que é indispensável garantir os momentos de discussão dos seis eixos temáticos, elaboração de propostas e eleição de delegados. Fora isso, cada estado tem liberdade para organizar trocas, socializar boas práticas e construir sua própria dinâmica. Ela concluiu incentivando que os estados que já tenham programações amadurecidas compartilhem suas ideias, para enriquecer o processo coletivo e apoiar Ari na construção de uma programação robusta e criativa. Nina explicou que cada conferência livre precisa ter um grupo organizador formalmente registrado no site oficial, pois isso garante reconhecimento e acompanhamento do processo. Esse grupo deve conduzir a conferência de acordo com a realidade local, incentivando criatividade e diversidade. Ela sugeriu três elementos importantes para a abertura: um momento cultural que valorize expressões locais como música ou poesia, a ênfase no ODS 18 — que existe especificamente no Brasil e deve ser destacado — e a divulgação da iniciativa “Meu Município pelos ODS”, mostrando os benefícios disponíveis para municípios e instituições, mesmo quando governos locais não se engajam diretamente. Nina lembrou que o grupo organizador tem prazo de cinco dias para enviar os resultados da conferência ao sistema nacional, garantindo que o governo



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável

443 federal receba as informações. Reforçou que cada conferência livre deve ter pelo menos
444 60 participantes para ser homologada e eleger um delegado, mas incentivou que mesmo
445 grupos menores realizem suas conferências, pois ainda podem eleger representantes
446 que busquem apoio institucional para participar da etapa nacional. Concluiu enfatizando
447 que, embora as conferências livres sejam flexíveis e abertas, existe um passo a passo
448 claro no site oficial, e que seguir essas orientações fortalece a legitimidade e integração
449 do processo. Cléo ressaltou a importância de incluir momentos culturais e artísticos nas
450 conferências, mas alertou que isso não deve ocorrer ao mesmo tempo das discussões
451 nos grupos de trabalho, pois pode esvaziar os debates dos eixos. Ela compartilhou
452 experiências anteriores em que participantes preferiam ficar nos corredores ou em
453 espaços de lazer em vez de participar das discussões, lembrando que o compromisso
454 com a causa deve ser prioridade. Também criticou a falta de verba para custear artistas
455 vindos de outros estados em conferências passadas, destacando que muitos deles
456 pertencem a movimentos sociais e populares sem condições financeiras, mas que
457 desejam mostrar seu trabalho. Para Cléo, é fundamental garantir inclusão e respeito,
458 sem retirar direitos de participação, e cuidar para que a primeira conferência seja
459 realizada com qualidade e comprometimento. Patrícia respondeu afirmando que a
460 comissão está atenta a esses detalhes, aprendendo com os erros das conferências
461 anteriores e buscando soluções práticas, como alternativas simples para acomodação,
462 sempre com foco na qualidade dos debates e na participação efetiva. Vitor Del Rey
463 perguntou sobre como poderia se engajar na caravana federativa e na conferência
464 regional no Rio de Janeiro, buscando saber com quem deveria falar para que sua
465 organização pudesse apoiar e se sentir parte do processo, tanto no nível estadual quanto
466 nacional. Patrícia respondeu que todas as informações oficiais estão sendo
467 disponibilizadas no site da conferência (conferenciaods.org). Explicou que, ao preencher
468 o formulário de indicação, o nome e o contato da pessoa responsável ficam públicos
469 justamente para permitir que outros interessados possam se somar e colaborar. Assim,
470 Vitor e sua organização podem acessar essa seção específica do site, onde estão listadas
471 as etapas e referências, e entrar em contato diretamente com os responsáveis pela
472 mobilização. Sobre as caravanas federativas, ela disse que não tinha o detalhe exato do
473 local de acesso às informações, mas reforçou que o site oficial é o canal central para
474 acompanhar e se integrar às atividades. Marina esclareceu a dúvida de Vitor sobre as
475 caravanas federativas, informando que elas são conduzidas pela SRI e não pela
476 Secretaria-Geral. Explicou que a caravana do Rio de Janeiro acontecerá em Niterói nos
477 dias 26 e 27 de março, e que a de São Paulo será nos dias 19 e 20 de março. Ressaltou
478 que é necessário fazer inscrição no Portal Federativo, onde são divulgadas a
479 programação e os links de todas as caravanas previstas em diferentes cidades. Marina
480 se ofereceu para enviar o link diretamente a Vitor, garantindo que ele tivesse acesso às
481 informações. Vitor agradeceu, reforçando o interesse em somar forças e participar
482 ativamente. Cris Palmieri trouxe preocupações sobre a conferência, destacando três
483 pontos principais: primeiro, a importância de garantir que a abertura e a plenária final



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável

sejam transmitidas pelo YouTube, com acesso pelo site oficial, para ampliar a participação e dar visibilidade ao evento; segundo, a necessidade de registrar e dar reconhecimento às instituições envolvidas, sugerindo que seus nomes e logotipos sejam exibidos nos painéis ou publicados no site, como já ocorreu em conferências anteriores em São Paulo; e terceiro, a dúvida sobre quantas conferências livres já estavam registradas e como seria a visibilidade dessas iniciativas. Patrícia respondeu esclarecendo que o número de conferências livres apoiadas aumentou de 50 para 200 — sendo 100 com custeio total e 100 com garantia de alimentação — e reforçou que todas as instituições e órgãos participantes terão seus nomes registrados e publicizados nos anais da conferência, garantindo memória e reconhecimento. Explicou também que o site mostra as conferências cadastradas, mas a homologação só ocorre após o envio dos relatórios, e incentivou que mesmo grupos menores realizem suas etapas, pois cada debate territorial já é parte da conferência nacional. Na sequência, Cris trouxe mais duas questões ligadas à educação: a participação das universidades federais e o envolvimento da educação infantil-juvenil. Patrícia esclareceu que as crianças não serão delegadas na conferência nacional, mas poderão participar de reflexões locais; já os jovens a partir de 16 anos terão regras específicas definidas pela comissão. Quanto às universidades, confirmou que elas estão fortemente envolvidas, com apoio do Ministério da Educação, no qual irá fazer a informação chegar aos IF's e Universidades e o selo social está capitaneando uma conferência livre com as instituições de ensino superior. Rosemeire Rodrigues explicou que, em Francisco Morato, foi feita uma articulação com a FLB e com Júlia para organizar uma etapa livre da conferência na cidade. Ela destacou que, embora não consigam realizar um evento grande e aberto, pretendem envolver os 22 a 23 conselhos municipais paritários já existentes, além da comissão local e algumas entidades externas ao poder público. O objetivo é promover um diálogo sobre a Agenda 2030 e construir propostas de forma participativa, garantindo que diferentes setores da sociedade estejam representados. Patrícia respondeu agradecendo e reforçando que esse momento será muito importante, reconhecendo o valor da iniciativa local e incentivando a continuidade da mobilização. Katerina Volcov trouxe uma reflexão sobre a participação de crianças, adolescentes e jovens nas conferências. Ela destacou que, embora a conferência não seja infantil-juvenil, é essencial garantir espaço para adolescentes e jovens, já que os ODS tratam das gerações presentes e futuras. Argumentou que os adultos não são eternos e que é preciso inserir os adolescentes nos processos políticos e sociais, especialmente em temas como meio ambiente e qualidade de vida. Ela sugeriu que a comissão organizadora articule com o Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) para viabilizar a participação de adolescentes, mesmo que não como delegados formais, mas acompanhados de responsáveis. Ressaltou que esse público é prioritário na legislação brasileira e deveria ser considerado em todas as conferências daqui em diante. Concluiu fazendo um apelo para que a conferência dos ODS inclua efetivamente adolescentes e jovens, reforçando a importância da intersetorialidade e da ampliação dos públicos envolvidos. Patrícia



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável

525 respondeu à fala de Katerina reconhecendo sua relevância e explicou que o tema da
526 participação de adolescentes já havia sido discutido em reunião extraordinária da
527 comissão organizadora nacional. Segundo ela, houve consenso de que adolescentes
528 devem ser incluídos, mas ponderou que a programação atual da conferência, voltada a
529 debates políticos e formulação de propostas, não atende adequadamente ao público de
530 12 a 16 anos. Por isso, avaliou-se que seria necessário maior amadurecimento para
531 garantir que esse grupo aproveite plenamente as discussões. Ela destacou que está em
532 estudo a criação de um desdobramento da conferência nacional, com atividades
533 específicas voltadas para adolescentes e jovens, em formato mais pedagógico e de
534 aprendizado. No entanto, está em aberto a participação a partir dos 16 anos para que
535 sejam delegados, desde que cumpram protocolos e critérios de segurança. Patrícia
536 reforçou que já existem metodologias e experiências voltadas para eventos destinados
537 a esse público, mas que o foco central da conferência atual é político e técnico. Assim,
538 concluiu que crianças e adolescentes abaixo de 16 anos não serão delegados, mas que
539 o tema está no radar da comissão e deverá ser incorporado em futuras iniciativas. Carina
540 Giunco explicou como o Instituto Selo Social está articulado com a Rede Unissustentável,
541 liderada pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e pela Universidade Federal
542 Rural de Pernambuco, que mobiliza instituições de ensino superior para trabalhar temas
543 ligados aos ODS e à sustentabilidade. Ela contou que esse grupo já lançou um livro na
544 COP sobre como as universidades vêm incorporando os ODS em sua gestão. Com a
545 proposta da conferência, a rede discutiu que seria difícil cada instituição organizar sua
546 própria etapa, então decidiram realizar uma conferência livre conjunta, sistematizando
547 as recomendações das universidades e apresentando propostas prévias para votação.
548 Além disso, outras instituições como a Unifesp, UERGS e UFAL também vão organizar
549 suas próprias conferências livres, envolvendo suas redes acadêmicas locais e, em alguns
550 casos, em parceria com outras organizações. Carina reforçou que já compartilhou
551 informações e prazos sobre essa mobilização e convidou outras instituições de ensino
552 superior interessadas a se engajarem. Katerina Volcov expressou sua preocupação com
553 a decisão de limitar a participação de adolescentes na conferência. Ela considerou
554 lamentável pressupor que jovens entre 12 e 16 anos não teriam capacidade de elaborar
555 reflexões complexas, argumentando que atualmente eles estão muito mais preparados
556 do que gerações anteriores, citando como exemplo o nível de exigência das provas do
557 Enem. Para ela, adolescentes são um público prioritário e precisam ter espaço nos
558 processos políticos e sociais, já que as decisões impactam diretamente seu futuro.
559 Sugeriu também que a comissão articule com a Secretaria de Juventude e com o
560 Conanda para viabilizar a participação dos adolescentes, mesmo que apenas como
561 observadores, acompanhados de responsáveis. Reforçou que a conferência deve
562 ampliar a participação e que é obrigação garantir a inclusão da infância e da
563 adolescência. Por fim, pediu que sua defesa da participação dos adolescentes seja
564 registrada em ata, para que esse ponto não se perca e seja considerado oficialmente.
565 Patrícia agradeceu a fala de Katerina e garantiu que sua contribuição seria registrada em



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável

566 ata. Ela reconheceu a importância do trabalho desenvolvido pela colega e explicou que
567 as decisões da conferência são tomadas de forma colegiada, sendo que a maioria optou
568 pelo modelo atual de participação. No entanto, ressaltou que isso não significa que o
569 processo esteja fechado: há abertura para aprimorar e criar outros momentos de
570 inclusão, e até mesmo para que, em futuras edições — como uma possível segunda
571 conferência nacional — seja considerada a participação de delegados de todos os
572 públicos, incluindo adolescentes. Cris Palmieri defendeu com firmeza a inclusão de
573 crianças e adolescentes na conferência, mesmo que apenas como convidados ou
574 observadores. Ela argumentou que os ODS tratam diretamente de temas que impactam
575 esse público — como pobreza, fome, saúde, educação, gravidez na adolescência e
576 violência contra meninas — e que seria incoerente não dar visibilidade a eles em um
577 evento que discute justamente essas questões. Lembrou que na COP 30 houve uma
578 forte representatividade das crianças, mostrando que elas podem e devem ter voz em
579 espaços de decisão. Destacou ainda que os municípios precisam oferecer instrumentos
580 de cultura e serviços públicos que garantam acesso e oportunidades para esse público.
581 Para ela, é essencial que a conferência tenha uma visão sistêmica e diferenciada, dando
582 destaque às futuras gerações já na abertura e no encerramento, com o compromisso de
583 criar desdobramentos concretos. Reforçou que os jovens são os futuros profissionais
584 que irão discutir sustentabilidade e desenvolvimento, e não podem ter apenas uma
585 visão econômica, mas também social e ambiental. Concluiu afirmando que os adultos já
586 cometeram muitos erros e que não faz sentido planejar o futuro sem a participação das
587 crianças e adolescentes. Por isso, pediu que seja feito um esforço real para garantir essa
588 visibilidade e que o tema fique registrado como prioridade. Laudijane Domingos
589 abordou de forma detalhada a questão da participação de crianças e adolescentes como
590 delegados na conferência. Ela lembrou que, segundo o Estatuto da Criança e do
591 Adolescente, a adolescência começa aos 12 anos, e destacou que o protagonismo das
592 populações mais afetadas pelas desigualdades — como mulheres negras, população de
593 rua, crianças e territórios periféricos — deve ser central na conferência. Ela explicou que
594 a comissão organizadora já avançou no debate e decidiu que adolescentes a partir de
595 16 anos poderão ser eleitos como delegados, vinculando essa idade ao direito de voto
596 no Brasil. Isso permitirá que jovens engajados em movimentos estudantis, ONGs e
597 organizações sociais tenham voz oficial no processo. Quanto às crianças até 12 anos,
598 Laudijane sugeriu que elas possam participar como convidadas ou observadoras, por
599 meio de articulação com o Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do
600 Adolescente), garantindo que os responsáveis legais acompanhem sua presença. Ela
601 também propôs diálogo com o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e com
602 entidades estudantis, como a União Brasileira de Estudantes Secundaristas, para ampliar
603 a representação da educação básica. Laudijane reconheceu que os adolescentes de hoje
604 têm grande capacidade de reflexão, mas ressaltou que cada faixa etária exige
605 metodologias próprias e que é preciso cuidado ao tratar da questão do voto e da
606 representação. Concluiu defendendo que o encaminhamento seja levar essa discussão



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável

607 para instâncias como o Conjuve e o Conanda, buscando um formato adequado de
608 participação. Para ela, o desejo de incluir crianças e adolescentes é consenso, mas é
609 necessário definir formas concretas e qualificadas de garantir protagonismo e
610 integração, plantando agora para colher no futuro. Rosilene Vila Nova Cavalcante,
611 conhecida como Leninha, se apresentou como professora da Universidade do Estado da
612 Bahia, integrante da rede básica e coordenadora dos movimentos dos ODS na Bahia. Ela
613 destacou que esta primeira conferência pode apresentar lacunas, já que ocorre em um
614 ano eleitoral e em um país que está retomando o debate após anos de ausência.
615 Compartilhou sua experiência como superintendente de política de educação básica,
616 quando implementou os ODS como eixo transversal em 407 municípios e 1.700 escolas
617 da Bahia, integrando-os às práticas pedagógicas curriculares e extracurriculares. Relatou
618 projetos de incentivo, ações culturais como o Festejo Junino Sustentável e trabalhos
619 voltados para gênero, quilombos e escolas indígenas, com forte engajamento no ODS
620 18. Sobre a participação de adolescentes, concordou com o limite de 16 anos para atuar
621 como delegados, mas sugeriu criar espaços paralelos na conferência para incluir crianças
622 e adolescentes em debates, articulando com o Conjuve e o Ministério da Educação.
623 Defendeu que essa inclusão deve estar ligada à formação de professores e à
624 compreensão da equidade, especialmente em relação ao ODS 18. Rosilene ressaltou que
625 na Bahia já estão sendo organizadas conferências livres em escolas e consórcios
626 municipais, além de mobilizações em espaços como a TV da Assembleia Legislativa. Para
627 ela, mesmo que crianças não sejam delegadas, é essencial que participem e dialoguem,
628 pois trazem ideias valiosas e representam o futuro. Concluiu colocando-se à disposição
629 para integrar comissões e reforçando o compromisso da Bahia com os ODS desde 2010,
630 agora retomado com força. Ari França destacou dois pontos principais em sua fala.
631 Primeiro, sugeriu que a comissão organizadora pense em uma cota específica para
632 garantir a participação de determinados públicos na conferência, como forma de
633 assegurar representatividade e inclusão. Segundo, ressaltou a importância de aproveitar
634 os recursos tecnológicos disponíveis e defendeu que a conferência seja transmitida ao
635 vivo, ampliando o alcance e a participação. Ele mencionou que pretende conversar com
636 seus colegas da Rede ODS e buscar apoio de entidades com experiência em inclusão
637 digital, como a *Need*, para viabilizar essa transmissão. Concluiu reforçando que essa
638 iniciativa seria fundamental para dar maior visibilidade ao evento. Encerrando o período
639 da manhã da reunião, Patrícia reforçou que todos os participantes têm a missão de
640 serem multiplicadores da agenda dos ODS, destacando a importância de acessar o site
641 oficial da conferência para acompanhar os processos de registro, validação e
642 homologação das etapas. Ela lembrou que cada instituição deve incluir em sua
643 programação momentos específicos para tratar do ODS 18 e da pauta “Meu município
644 pelos ODS”, além de acompanhar as atualizações constantes no site e engajar nas redes
645 sociais para ampliar a visibilidade do evento. Na sequência, Thiago Galvão agradeceu a
646 condução dos trabalhos e ressaltou que todo o conteúdo da manhã está sendo gravado
647 e será registrado em ata, com os devidos encaminhamentos. Ele reforçou o convite para



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

o retorno às 14h, lembrando que haverá espaço para continuar algumas discussões, mas também será necessário avançar na pauta prevista. Finalizou agradecendo a presença e o engajamento de todos, desejando um breve reencontro no mesmo link para a continuidade dos trabalhos. As duas da tarde do mesmo dia, após o intervalo, a reunião foi retomada com uma mensagem especial em vídeo do Secretário-Executivo da Comissão Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS), Lavito Bacarissa. Em sua fala, o Secretário destacou sua ausência física devido ao deslocamento para a primeira Conferência Estadual ODS no Piauí, ressaltando o avanço do processo conferencial em todo o país. O objetivo do pronunciamento foi convocar as representações da Comissão Nacional a assumirem o protagonismo e a responsabilidade no engajamento das redes para as conferências livres e estaduais, visando consolidar o processo como um marco para a Agenda 2030 no Brasil e perante organismos multilaterais. Dando seguimento à pauta, a palavra foi passada a Marina Muniz Cavalcanti para a apresentação sobre a iniciativa "Meu Município pelos ODS". A exposição focou no crescimento das adesões ao programa desde o início de janeiro de 2026, fruto de uma ação conjunta entre a Secretaria Nacional de Articulação Social (SNAS/CNODS) e o Ministério do Meio Ambiente. Coordenada com o apoio de Elias Begnini e Mônica (MMA), a iniciativa destacou o trabalho das Câmaras Temáticas de Estratégia, Comunicação e Localização. O objetivo central da atualização foi demonstrar o fortalecimento da estratégia de territorialização da Agenda 2030, evidenciando como a colaboração interministerial tem impulsionado o engajamento municipal e a disseminação das metas globais em nível local. A apresentação da iniciativa "Meu Município pelos ODS" detalhou o impacto da parceria com o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), sob gestão de Mônica (MMA), que resultou em um salto expressivo de 140 para aproximadamente 220 adesões municipais em apenas dois meses. Marina Muniz Cavalcanti destacou que a estratégia de expansão agora envolve o Ministério do Planejamento e a articulação com as assessoras Júlia e Iara para uma divulgação massiva do Pacto. No âmbito das Caravanas Federativas, foi relatado o sucesso da oficina em Alagoas, que contou com 40 participantes e a colaboração de Sandra Santos na explicação do processo conferencial. O cronograma das próximas caravanas inclui São Paulo, nos dias 19 e 20 de março de 2026, Rio de Janeiro/Niterói, nos dias 26 e 27 de março de 2026, além de etapas previstas para Amazonas e Mato Grosso do Sul. Ainda sobre o fortalecimento municipal, foi anunciado um webinar nacional para o dia 16 de março, das 10h às 12h, focado no novo pacote de benefícios incrementado pela COP. O evento contará com parceiros como o Selo Social (representado por Carina Giunco), Enap, ABM, FNP, Caixa Econômica Federal, PNUD e Ipea. Marina também celebrou o sucesso da parceria com a Unitins, que ofertou um curso de extensão em ODS para gestão pública, preenchendo imediatamente as 40 vagas da primeira turma e gerando uma lista de espera com 66 inscritos. Elias Begnini reforçou o convite para o evento de 45 anos do Sisnama no dia 10 de março como oportunidade adicional de mobilização. Na sequência, Thiago Gehre Galvão e Denise Maria Penna Kronemberger do IBGE,



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável

689 apresentaram os preparativos para o 4º Encontro de Produtores de Informação visando
690 a Agenda 2030, confirmado para os dias 30 e 31 de março, em Brasília, no Instituto
691 Serzedelo Correia. O objetivo central do encontro é reunir órgãos oficiais para definir os
692 indicadores nacionais das metas nacionalizadas sob coordenação do Ipea, incluindo o
693 ODS 18. Denise ressaltou a importância de ampliar o quadro atual de 146 indicadores
694 para cobrir lacunas metodológicas e temas específicos da realidade brasileira que não
695 constam no quadro global. Por fim, foi anunciada a realização da 2ª Oficina Global do
696 Relatório Nacional Voluntário (RNV) em Brasília, agendada para os dias 8, 9 e 10 de abril,
697 na sede da Fiocruz. Thiago destacou que a vinda deste evento para o Brasil, após
698 negociações com a UNDESA em Roma, representa uma vitória política que coloca o país
699 em evidência na agenda global. A oficina reunirá diversos países para o
700 compartilhamento de experiências sobre produção de dados, engajamento de
701 stakeholders e metodologias de elaboração de relatórios, contando com uma mesa
702 específica dedicada à experiência brasileira de construção do RNV. No que tange à
703 participação brasileira no Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre
704 Desenvolvimento Sustentável (9º Foro LAC), em Santiago, Daniel Boeira Lodetti (MRE)
705 detalhou o processo de credenciamento em três etapas, com prazos críticos em 14 de
706 março (formulário MRE) e 8 de abril (site da CEPAL). O Itamaraty anunciou uma reunião
707 virtual de consulta à sociedade civil para a próxima segunda-feira, às 15h, visando colher
708 subsídios para a negociação da declaração política do Fórum. Renata Alves de Oliveira
709 Carvalho (MIDR) manifestou o interesse do ministério em contribuir tecnicamente,
710 especialmente na revisão do ODS 6 (Água e Saneamento), sugerindo que a CEPAL utilize
711 os dados mais recentes do RNV brasileiro em seu relatório regional. Thiago Gehre Galvão
712 confirmou que haverá transmissão online da oficina preparatória para garantir a
713 participação de conselheiros em viagem. Quanto à elaboração do Relatório Nacional
714 Voluntário (RNV), a Secretaria Executiva apresentou mais do encaminhamento do do
715 documento que contará com uma frente de escrita participativa, incluindo o apoio de
716 órgãos como Itaipu, FNP, ABM, CGU, MDS, além de movimentos sociais como a UBM e
717 o MTST. Um destaque relevante é a criação do Capítulo 3, dedicado exclusivamente à
718 diretriz de "Não Deixar Ninguém para Trás", com suporte da Fiocruz, e o Capítulo 4,
719 liderado pelo Ipea, que analisará os ODS em revisão no Fórum Político de Alto Nível de
720 2026 (6, 7, 9, 11 e 17). A mensagem principal do país, que sintetiza os avanços
721 brasileiros, teve sua entrega antecipada pelas Nações Unidas para o dia 20 de abril.
722 Thiago Gehre ressaltou que o teor da mensagem focará na transição da igualdade para
723 a equidade, na justiça tributária e no enfrentamento às desigualdades persistentes
724 como pilares do modelo de desenvolvimento nacional. O cronograma final prevê a
725 consolidação dos textos em março e abril, com maio dedicado à tradução e
726 diagramação, visando a submissão oficial à ONU em 8 de junho de 2026. A Secretaria
727 agradeceu a resposta maciça dos ministérios e da sociedade civil, destacando que o RNV
728 é fruto de um esforço coletivo de coordenação e articulação institucional. Na etapa final
729 da reunião, abriu-se espaço para manifestações gerais e observações de conjuntura,



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável

com destaque inicial para a fala de Nina do MNODS, que agradeceu a apresentação detalhada sobre o processo de elaboração do Relatório Nacional Voluntário (RNV) e colocou-se à disposição para colaborar especificamente com o ODS 12 (Consumo e Produção Sustentáveis). Nina reforçou a relevância do trabalho desenvolvido junto aos catadores e catadoras, ao Movimento Nacional de Catadores e às equipes do Ministério do Meio Ambiente, especialmente no tocante à Política Nacional de Resíduos Sólidos, resíduos orgânicos, logística reversa e demais fluxos de materiais. Thiago Gehre Galvão agradeceu a disponibilidade, esclarecendo que a fase de revisão final do texto incorporará contribuições especializadas como a dela, sobretudo na identificação de lacunas ou ênfases necessárias. Na sequência, Elias Begnini (MMA) também se colocou à disposição para apoiar tecnicamente a construção do texto referente à gestão de resíduos, destacando que temas como logística reversa, reciclagem e inclusão socioeconômica dos catadores são de alta complexidade e exigem coordenação com o Departamento de Gestão de Resíduos da Secretaria Nacional de Qualidade Ambiental. Thiago agradeceu e informou que, à medida que a equipe identifique áreas que necessitem de reforço técnico, o Ministério será acionado. Encerrada esta etapa, passou-se de forma breve ao ponto de pauta relativo à seleção pública para renovação das representações na CNODS. Não houve questionamentos ou impugnações ao processo; a Secretaria Executiva informou que, em momento oportuno, será apresentado o cronograma detalhado do novo ciclo. Thiago abriu então espaço para pautas institucionais e informes das entidades participantes. Jacinta anunciou que a Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) realizará sua conferência livre em abril, após plenária nacional da rede prevista para o dia 12, reforçando que os eventos científicos da entidade têm priorizado temas ambientais, emergências climáticas, saúde e formação profissional alinhadas à Agenda 2030. Juliana César informou a participação na Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW) em parceria com o Governo do Brasil e o MIDR, promovendo evento sobre economia do cuidado. Também destacou preparativos para atividades no Fórum de Financiamento para o Desenvolvimento, além da realização de conferências livres com foco em HIV/Aids, juventudes e educação, solicitando apoio da Secretaria Geral para dialogar com governo estadual e municipal de Pernambuco, a fim de viabilizar conferências locais. Sandra Santos da CNODS, informou que está articulando diretamente com autoridades estaduais de Pernambuco, especialmente com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, para apoiar a realização da conferência estadual, colocando a estrutura federal à disposição para facilitar o diálogo. Karina Giunco do Selo Social divulgou as agendas de conferências intermunicipais em Balneário Camboriú e Camboriú, além de atividades estaduais em Santa Catarina. Convidou membros da Comissão para participarem da certificação de organizações parceiras em Brasília no dia 12, e das oficinas previstas para os dias 17 e 18 no Recife, envolvendo temas de direitos humanos, indicadores e participação universitária na Agenda 2030. Em seguida, Marília de Araújo Nogueira da ONG Moradia e Cidadania, explicou a metodologia adotada pela instituição para suas duas



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável

771 conferências virtuais, construídas a partir de levantamento prévio junto às
772 coordenações estaduais, compostas majoritariamente por voluntários e aposentados da
773 Caixa. A entidade sistematizará insumos locais e produzirá um diagnóstico nacional para
774 fundamentar as propostas conferenciais. Marília colocou a rede à disposição para apoiar
775 conferências locais nos estados, especialmente onde possui maior presença territorial,
776 como no Rio Grande do Sul. No momento reservado ao debate de conjuntura, Jacinta
777 fez uma intervenção destacando a elevada complexidade do cenário nacional e
778 internacional em 2026. Ressaltou que o ano eleitoral no Brasil e com a renovação de
779 governos estaduais, federal e parlamentos, exige atuação estratégica da sociedade civil,
780 dos movimentos sociais e das redes da Agenda 2030 na defesa da democracia, dos
781 direitos sociais e das pautas ambientais. Manifestou profunda preocupação com a
782 escalada de conflitos internacionais recentes, o impacto humanitário expressivo e os
783 riscos à estabilidade global, citando elementos geopolíticos que afetam também o
784 Brasil, como rotas de comércio, preços de energia e o funcionamento de organismos
785 multilaterais. Defendeu que a CNODS avalie a pertinência de emitir uma nota pública de
786 solidariedade às vítimas e de reafirmação dos compromissos com a paz, a vida e os
787 direitos humanos. Encerrou sua fala apontando que o processo conferencial brasileiro,
788 por sua capilaridade e força mobilizadora, pode se tornar espaço fundamental para
789 reflexão crítica e construção de estratégias diante da conjuntura adversa. Dando
790 prosseguimento ao debate de conjuntura, Sandra Santos da CNODS, parabenizou a
791 intervenção anterior e ressaltou a proximidade do Dia Internacional da Mulher. Em sua
792 fala, propôs que a comunicação da Conferência Nacional e das redes ODS aproveite a
793 data para dar visibilidade ao ODS 5 (Igualdade de Gênero), denunciando o crescimento
794 alarmante da violência contra a mulher e de crimes de abuso sexual contra crianças e
795 adolescentes. Sandra manifestou repúdio a decisões judiciais que relativizam tais
796 violências e criticou o descaso governamental em certas esferas com populações
797 residentes em áreas de risco, cujas vidas são negligenciadas diante de eventos climáticos
798 extremos. Thiago Gehre Galvão reforçou a importância desses registros, destacando que
799 a Conferência Nacional deve ser utilizada como uma potência política para enquadrar
800 essas bandeiras e lutas históricas. No encerramento da pauta técnica, José Eduardo
801 Malta de Sá Brandão do Ipea apresentou o informe final sobre o processo de
802 nacionalização das metas dos ODS. O documento, que passou por revisão após consulta
803 popular e diálogos com ministérios, já foi entregue à Secretaria Executiva da CNODS.
804 Brandão anunciou que a editoração do livro, na qual detalha a metodologia, conceitos,
805 justificativas e sugestões de indicadores, será concluída até 15 de março, aguardando-
806 se agora a publicação de uma portaria ministerial ou resolução da Comissão para sua
807 institucionalização. Thiago Gehre enalteceu o trabalho do Ipea como um exemplo de
808 rigor técnico a ser apresentado em fóruns internacionais como o Foro LAC e a ONU. Nos
809 informes finais, Nina do MNODS registrou a importância de se planejar o "*day after*" da
810 Conferência Nacional, sugerindo que o processo não se encerre no evento, mas se
811 desdobre em ações capilares, como a interiorização dos conteúdos ODS em escolas



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável

812 municipais a partir de agosto, respeitando-se as limitações do calendário eleitoral.
813 Alessandra Matos de Araújo da AGU solicitou o registro em ata da contribuição da
814 Advocacia-Geral da União para o RNV, especialmente no ODS 5, visando atender aos
815 requisitos do Selo PNUD de Igualdade de Gênero. Thiago esclareceu que, embora o
816 relatório impresso exija síntese, a plataforma digital (*hotsite*) servirá como extensão
817 oficial do documento para dar visibilidade a todas as ações setoriais. A reunião foi
818 encerrada às cinco e quarenta da tarde com um agradecimento de Thiago Gehre Galvão
819 à dedicação dos mais de 50 participantes presentes. Patrícia Maria Santos de Carvalho
820 convidou todos a abrirem suas câmeras para o registro fotográfico oficial da primeira
821 reunião do ano, celebrando a retomada dos trabalhos e o engajamento do coletivo para
822 os desafios de 2026. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, no qual, eu
823 Isabel Vitória da Silva Costa e Mariana Vicência Fernandes de Siqueira, lavramos a
824 presente ata em 04 de março de 2026, que foi aprovada pelo pleno em 10 de junho de
825 2026.